



**instituto de energia  
e meio ambiente™**



# IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: PLANOS DE MOBILIDADE URBANA

São Paulo, 12 de setembro de 2012



instituto de energia  
e meio ambiente™



Organização Não Governamental fundada em 2006 com a missão de apoiar a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à mobilidade urbana, qualidade do ar e redução de emissões veiculares

## Estrutura da Apresentação

- 1. Características do momento atual**
- 2. A Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana (12.587/12)**
- 3. O Plano Municipal de Mobilidade Urbana**
- 4. Desafios para a elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana**
- 5. Plano de Mobilidade Urbana: elementos estruturadores**
- 6. Plano de Mobilidade Urbana: sugestões para o GF**

## 1. Características do momento atual

- **Crescimento da taxa de motorização** em decorrência do aumento da renda, facilidade de crédito e redução de preço de automóveis
- **Maior ciclo de investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana**, desde a década de 1980: Projetos da Copa, PAC Grandes Cidades, PAC Média Cidades (cerca de R\$ 60 bilhões) e investimentos dos governos de São Paulo e Rio de Janeiro
- **Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (12.187/2009):** estabelece a obrigatoriedade de elaboração de planos setoriais de mitigação de gases de efeito estufa (Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010)
- **Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana (12.587/2012):** estabelece diretrizes, instrumentos de gestão da mobilidade e torna obrigatório o Plano de Mobilidade para cidades com mais de 20 mil habitantes

## 2. A Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana (12.587/12)

### Estrutura

#### **Capítulo I.** Disposições gerais

##### Seção I. Das definições

##### Seção II. Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana

#### **Capítulo II.** Das Diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo

#### **Capítulo III.** Dos Direitos dos Usuários

#### **Capítulo IV.** Das atribuições

Governo Federal, Estaduais e Municipais

## 2. A Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana

### **Capítulo V.** Das Diretrizes para o Planejamento e Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana

Artigo 23 estabelece os instrumentos de gestão, inclusive destinados ao desestímulo ao uso do transporte individual motorizado

Artigo 24 Estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Plano de Mobilidade Urbana para os municípios com mais de 20 mil habitantes

### 3. O Plano Municipal de Mobilidade Urbana

Plano de Mobilidade Urbana deve abordar:

I - os serviços de transporte público coletivo;

II - a circulação viária;

III - as infraestruturas do sistema de mobilidade urbana;

IV - a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;

V - a integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados;

VI - a operação e o disciplinamento do transporte de carga na infraestrutura viária;

VII - os polos geradores de viagens;

VIII - as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos;

IX - as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada;

X - os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana; e

XI - a sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 (dez) anos.

Cidades que não têm sistema de transporte coletivo focam o não motorizado

**Prazo de elaboração: 3 anos (até abril de 2015)**

## 4. Desafios para a elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana

O desafio não é somente técnico, mas também político.

Princípios não manifestos que, na prática, orientam o planejamento e ações dos governos:

- A cidade é planejada para receber e proporcionar as melhores condições possíveis para a circulação de veículos particulares
- O cidadão usaria transporte público temporariamente, até comprar um carro: premissa de que todas as pessoas terão, um dia, um carro
- Há preconceito sobre uso da bicicleta: é para população de baixa renda ou classe média ambientalista e não há “espaço viário” para seu uso

## 4. Desafios para a elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana

- O discurso unânime entre os governantes, de prioridade para o transporte público, na maioria dos casos não é materializado em projetos. Obras viárias são renomeadas como obras de mobilidade urbana
- As soluções apresentadas para o transporte coletivo geralmente são de investimentos elevados, deslocadas para horizonte temporal distante e direcionadas para outras esferas de governo.
- Os sistemas de transporte coletivo geralmente não são integrados física e tarifariamente, têm superlotação, baixa confiabilidade e Imagem ruim.

## 4. Desafios para a elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana

- A solução dos problemas das redes de transporte muitas vezes esbarra na falta de arranjo político e institucional, principalmente nas regiões metropolitanas
- A política de mobilidade atual impõe um pedágio para as famílias que é a compra de um veículo e/ou seu uso mais intensivo: população percebe que, se comprar um carro ou pagar pelo seu uso mais intensivo, aumenta sua acessibilidade às oportunidades que a cidade oferece. “as pessoas querem o carro”.
- Associação do direito de propriedade e uso indiscriminado do carro a um suposto direito da acessibilidade física (rejeição à disciplinamento de uso)

## 5. Plano de Mobilidade Urbana: elementos estruturadores

- Materializa o discurso da política de mobilidade urbana local
- Normalmente direcionado para responder “O quê fazer”, sem discutir “Por quê fazer”.
- Desafio político: planejar para quê?
- Quais os objetivos da política de mobilidade urbana?
- Deve-se discutir os objetivos políticos com a sociedade, a partir de sua participação no processo de elaboração e implantação do plano
- Planos devem ser transformadores da realidade e não de promoção da melhoria do modelo atual, centrado no transporte individual: reversão do atual modelo de mobilidade urbana
- Considerar Mobilidade Urbana como resultado de política pública

## 5. Plano de Mobilidade Urbana: elementos estruturadores

### Princípios:

- equiparação de oportunidades,
- democratização do espaço público,
- equidade,
- inclusão social,
- materialização do “Direito à cidade”,
- integração entre o uso do espaço público e a circulação urbana,
- promoção do acesso às oportunidades que a cidade oferece,
- melhoria da qualidade do ar e redução de emissões de GEE
- construção de cidades sustentáveis

## 5. Plano de Mobilidade Urbana: elementos estruturadores

- 1. Foco na divisão modal:** estabelecer metas de participação do transporte público e não motorizado na matriz de deslocamentos
- 2. Estabelecimento de metas ambientais:** redução no consumo de energia, emissão de poluentes locais (melhoria da qualidade do ar) e gases de efeito estufa: oportunidade de articular as Políticas Nacionais de Mobilidade Urbana e Mudança Climática e demais políticas ambientais
- 3. Desenho de Rede Integrada de Mobilidade Urbana:** composta por modos coletivos e meios não motorizados de transporte, identificação e priorização da infraestrutura necessária e definição dos modos de transporte coletivo adequados à demanda dos eixos de transporte. Promover a integração física e tarifária dos serviços
- 4. Retirada dos ônibus do congestionamento** provocado pelo excesso de automóveis transitando nas vias públicas (medidas de curto prazo: corredores e faixas exclusivas)

## 5. Plano de Mobilidade Urbana: elementos estruturadores

**5. Gestão da Demanda de viagens:** utilização de um conjunto de instrumentos regulatórios, econômicos e tecnológicos para aumentar a oferta de transporte coletivo de qualidade e desestimular o uso do transporte individual motorizado

**6. Estruturação da Gestão da Mobilidade:** envolver as esferas de governo que têm redes de transportes que se relacionam (por meio da Lei de Consórcios Públicos), promover programa de capacitação técnica, regulação de transporte coletivo.

**7. Controle social** sobre a implantação da política de mobilidade, por meio da disponibilização de informações e estruturação de canais efetivos de participação da sociedade

**8. Modelo de financiamento:** identificar as fontes de financiamento e custeio do sistema de mobilidade urbana, aplicando-se os instrumentos existentes (Lei de Concessões, instrumentos do Estatuto da Cidade e Leis de PPPs)

## 5. Plano de Mobilidade Urbana: elementos estruturadores

**9. Metodologia de avaliação da política de mobilidade:** possibilitar comparações e registro de avanços, ser auto aplicável pelos municípios e compreensível pela população. Indicadores sobre a implantação do Plano e seus resultados

**10. Estabelecimento de prazos exequíveis** para a implantação dos projetos e formas de controlar e mensurar os avanços

**11. Incorporação de metas de segurança,** por meio da redução de vítimas, especialmente das mais vulneráveis, como idosos e crianças

**12. Articulação com o planejamento urbano:** incorporação dos princípios de *Transit Oriented Development* (TOD), *Public Transport Planning* (PTP) e *People Oriented Development* (POD) no planejamento das cidades

## 6. Plano de Mobilidade Urbana: sugestões para o GF

1. Estabelecer orientação sobre os requisitos mínimos para os Planos de Mobilidade Urbana
2. Associar o acesso às fontes de financiamento ao atendimento de requisitos mínimos nos planos municipais de mobilidade urbana
3. Estabelecimento de uma metodologia de avaliação quantitativa e qualitativa da política de mobilidade desenvolvida pelas três esferas de governo, permitindo sua revisão
4. Retomada, pela SeMob, das ações de desenvolvimento institucional associadas ao planejamento da mobilidade

## 6. Plano de Mobilidade Urbana: sugestões para o GF

5. Promover articulação das fontes de financiamento de infraestrutura, veículos de transporte coletivo e fonte energética
6. Desenvolver política energética para estimular o uso de fontes de energia substitutas do óleo diesel nos sistemas de transporte coletivo por ônibus
7. A implantação de sistema de informações sobre planos de mobilidade, projetos de infraestrutura e tecnologia de transportes (veículos/combustíveis) em implementação / operação no Brasil

Obrigado.

Renato Boareto  
boareto@energiaeambiente.org.br